



XII CBA e a “Agroecologia na boca do povo” Diversidade: as raízes do chão-comum

Primeiros passos e palavras

O XII Congresso Brasileiro de Agroecologia foi realizado na cidade do Rio de Janeiro, nos dias 20 a 23 de novembro de 2023. Durante quatro dias, que, entretanto, reúnem um longo processo preparatório e mobilizatório nos diferentes cantos do Brasil, conhecimentos e sentidos foram compartilhados e constituídos.

Em um país de desigualdades abissais, o campo da agroecologia se vê desafiado a tratar de temáticas sensíveis, como a fome, o racismo, o sexismo, as injustiças climáticas e a defesa de uma ciência engajada e cada vez mais popular.

Seguir e compreender as transformações da agricultura em nosso país foi um dos notes do nosso Congresso. Buscamos, assim, evidenciar como a produção de *commodities*, a expulsão dos povos e comunidades tradicionais, a concentração de terras e de riquezas são parte de um sistema político de produção de desigualdades e de crises, sejam elas ecológicas ou sociais. As relações coloniais atravessam a história do Brasil e são parte da constituição de um modelo de agricultura imerso em violências.

“Agroecologia na boca do povo”, o lema do XII CBA, foi um chamado coletivo à ação e à reflexão da necessidade urgente de fortalecer os sistemas de abastecimento popular de alimentos. **“Na boca do povo”, nos desafiamos, ao mesmo tempo, a pensar e a aprender com as agricultoras, agricultores, povos e comunidades tradicionais os múltiplos significados que a agroecologia é capaz de assumir.** Isso orienta um chamado à ciência da agroecologia, que por essência deve ser coletiva e tecida entre saberes cotidianos, geracionais e produzidos nas diferentes instituições de ensino, pesquisa e extensão.

As complexidades que se apresentam devido aos últimos anos enfrentados em nosso país não são poucas. Fome, autoritarismo, medo, pandemia e corrupção. Exercitar diálogos é difícil quando somos atravessados por tantas camadas de desigualdades e injustiças. **É com os pés no chão, ali onde as plantas crescem, onde a agricultura de base camponesa cultiva alimentos, cultura, saberes e esperança, que buscamos as inspirações e a força para construir a décima segunda edição do CBA.**



Plantar e morar: “fazer pegar novamente, como se diz das plantas”¹

*O risco é a pergunta te atacando ao meio-dia
é o preço do sonho pra virar realidade
é a voz das outras gentes testando a tua vontade*

*Aceitá-lo é saber que não existe
estrada certa
linha reta
vida fácil pela frente*

*Mas que asa
asa
asa
só ganha quem planta no escuro do braço
essa semente de poder voar
(trecho do poema de Maria Rezende)*

Reconstruções históricas, além de sempre parciais, são um risco. Mas também é verdade que precisamos desesperadamente de novas histórias, daquelas que nos permitam tanto aprender por outras perspectivas quanto inspirar as caminhadas a serem feitas. É na criatividade do fazer das agriculturas, manejadas pelos povos das águas, dos campos, das florestas e das cidades, que cultivamos as ideias aqui organizadas.

As diversidades, das hortas, quintais, roças e roçados, das plantas e animais manejados e das culturas que constituem mundos, é o nosso chão comum. E é exatamente contra essas diversidades que a agricultura convencional opera, no monocultivo das plantas, ideias e ideais². No processo secular de colonização do Brasil reside uma das maiores expressões da monocultura a exemplo do olhar unívoco ao Pau-Brasil, diante da imensidão da Mata Atlântica, dos saberes dos povos indígenas à catequização, do cuidado do território e das cosmovisões ao extrativismo do ouro à mineração, do policultivo das roças e das florestas semeados por quem aqui sempre habitou, as monoculturas de cana-de-açúcar, café, algodão, do trabalho livre e coletivo à escravidão dos povos negros.

Associado à homogeneização das paisagens e das culturas, o ideário da colonialidade do poder³ ainda presente é o de “fronteira sempre aberta”⁴, de bens da natureza e pessoas, sobretudo, as não-brancas, que podem ser utilizados até à exaustão por um modelo de desenvolvimento pautado na colonialidade. **As relações coloniais de poder colocam em**

¹ Em referência ao livro no *Tempo das Catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima* de Isabelle Stengers.

² SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 2003.

³ LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro, 2014.

⁴ PÁDUA, José, A. Com o machado em uma mão e o tição em outra: o desenvolvimento da crítica ambiental nas últimas décadas do Brasil Colônia. In: PÁDUA, José, A. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.



evidência como a violência é imanente à formação do Brasil e do modelo de agricultura que vem sendo constituído historicamente em nosso país. A diversidade de agriculturas, ou as práticas do *co-cultivo* entre plantas e pessoas, foi transformada de forma a servir a interesses restritos pautados no controle da terra e do território, na concentração de riquezas e no plantio cada vez mais restrito a poucas espécies. Sob essa lógica, a agricultura, uma das relações de amor mais longas da história humana foi sendo desconfigurada por um processo de simplificação⁵.

A palavra é amor, amor mesmo. **A agricultura, historicamente, é parte do processo de constituição de pertencimento de diferentes povos**⁶. Levar a semente à terra (ou ao solo, se preferir), não sem antes saber quando as chuvas virão; ver crescer, podar na lua certa; colher; partilhar; tornar a guardar a semente, saber esperar. Todos esses ritmos são tecidos pela conexão da terra e dos saberes de quem ali vive. Plantas criam raízes, folhas e frutos, pessoas também. Na dança de pertencer, natureza e cultura habitam os mesmos versos. A Jurema Sagrada, a Favela, o milho Guarani e a conexão com *Nhanduru*, as favas e feijões, a batata-doce e a mandioca, cozem redes infinitas entre o alimento do corpo e da alma.

A doutrinação das plantas, corpos e saberes é uma prática do Estado em alianças com a ciência moderna e as grandes corporações. Não é surpresa, por exemplo, que nas insígnias, nas flâmulas e nas vestes do Exército, os símbolos sejam recorrentemente espécies vegetais agricultáveis⁷. No caso do Brasil, ao longo de séculos as famílias latifundiárias são a base do próprio Estado, ocupando espaços de decisão e fazendo uso dos bens públicos para atender interesses privados. No Brasil moderno, a estas famílias oligárquicas se juntaram as grandes corporações como as fabricantes de agrotóxicos, sementes transgênicas e adubos químicos. Sendo o setor de Pesquisa e Desenvolvimento um dos principais beneficiados por essa aliança entre concentração de terra, Estado e transformações biotecnológicas⁸.

No processo histórico de transformação da agricultura um marco importante é a chamada modernização da agricultura, disparada pelos Estados Unidos por meio dos pacotes químicos, mecânicos e genéticos da Revolução Verde após a segunda guerra mundial e iniciada, no Brasil, na década de 1960 no período da Ditadura Empresarial Militar⁹. **Dentre as principais características desta “modernidade” está a fragmentação entre agricultura e natureza e o estabelecimento de uma profunda conexão entre agricultura e indústria, parte de uma lógica geopolítica.** A ciência se tornou uma engrenagem determinante deste tipo de agricultura, seja através de apoio do Estado ou de entes privados que trataram de subsidiar o desenvolvimento de agrotóxicos, adubos químicos e de variedades de sementes de alto rendimento.

⁵ TSING, Anna. Margens Indomáveis: cogumelos como espécies companheiras. Revista ILHA v. 17, n. 1, jan./jul, 2015, p. 177-201,

⁶ HOOKS, BELL. Pertencimento uma cultura do lugar; tradução de Renata Balbino. São Paulo. Elefante, 2022.

⁷ Ibidem

⁸ WILKINSON, John.; CASTELLI, P. G. A Transnacionalização da indústria de sementes no Brasil: biotecnologias, patentes e biodiversidade. Rio de Janeiro, 2000.

⁹ SERVOLO DE MEDEIROS, Leonilde. Ditadura, Conflito e Repressão no Campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.



Com isto, queremos apresentar de forma rápida como a agricultura é um pilar central do desenvolvimento do Brasil. A condição de *ser* latifundiário é estrutural da formação do Brasil, ainda que este *status quo*, assim como as empresas agrícolas e a própria ciência associada, sejam objetos das constantes transformações em curso. Por exemplo, o cultivo de cana-de-açúcar dos séculos XVI e XVII é diferente do praticado atualmente. As tecnologias aplicadas à modificação genética das sementes de milho e soja são incomparáveis com o melhoramento do começo e meados do século XX. Ao mesmo tempo, contudo, certas condições têm também se reproduzido, como a expulsão dos povos de suas comunidades e territórios, o apagamento dos saberes associados à multiplicidade de agriculturas possíveis, a concentração fundiária, a exploração das/os trabalhadoras e trabalhadores e o favorecimento da monocultura em detrimento da diversidade.

Sob essa perspectiva, a destruição das agriculturas é a destruição de formas de constituir mundos. É a retirada da dignidade de quem antes plantava e morava. É a escravização dos povos africanos, a expropriação dos povos indígenas e seus territórios. **A imposição de um não ser pelo branco é, além da condenação da morte do corpo, o esfacelamento de toda uma possibilidade coletiva de vir a ser.** O futuro não será, sem os saberes, a reparação e a garantia dos direitos dos povos. É preciso “traçar de novo a estrada”¹⁰, transitar entre campos e cidades, onde nas periferias, assentamentos, quilombos, aldeias e comunidades a diversidade de plantas e culturas em resistência cotidiana insistiu em crescer, porque têm na ancestralidade a inspiração dos passos.

A agricultura urbana, seu espraiamento nas favelas, periferias e regiões periurbanas, é uma das expressões tanto da resistência estabelecida, quanto da importância da agricultura na constituição de pertencimento - plantar e morar. É nesses lugares que o povo negro e tantos povos empobrecidos, expulsos do campo constroem suas vidas e travam lutas para reconstituir dignidades, muitas vezes, em completa ausência de políticas e serviços públicos. Nos lotes, quintais e latas, plantas e raízes emergem e garantem a segurança alimentar e nutricional das famílias e a subjetividade constantemente sufocada.

A destruição da diversidade e de tantos mundos possíveis nos trouxeram até aqui. “Aqui”, é um lugar e um tempo histórico, no qual estamos diante de crises ecológicas e climáticas sem precedentes. “Aqui”, é onde as condições para as pandemias são ideais porque a diversidade de espécies e a base genética é cada vez mais restrita. “Aqui”, é um país no qual aproximadamente 15% da população passa fome e que tem safras recordes ano após ano de *commodities* para a exportação.

No entanto, “aqui” é também onde o povo negro, os indígenas, as/os quilombolas, as/os agricultoras/es familiares, camponesas/es, as/os agricultoras/es sem terras e assentadas/os insistem cotidianamente em “jogar semente”¹¹, em “fazer pegar

¹⁰ Em referência à canção “Triste, louca ou má” de Francisco el Hombre, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=IKmYTHgBNoE&ab_channel=Francisco%2CelHombre

¹¹ Em referência à canção “Boa Hora” de Alessandra Leão, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bTce2DPNPfk&t=2s&ab_channel=SidneyRocharte



novamente” o direito de plantar e morar, de fazer da diversidade um chão-comum. “Aqui” é onde assumimos riscos porque *ser* entre tantas/os é desafiador, mas é onde nos colocamos prontas/os a aprender e ensinar juntas/os. Não há saída que não seja coletiva, nas raízes que transportam essas ideias afirmamos que “aqui”, neste país chamado Brasil, é o lugar da “agroecologia na boca do povo”.

Agroecologia, entre fazer a aprender juntas/os: uma ciência para chamar de nossa

Na inseparabilidade entre ciência e política os Congressos Brasileiros de Agroecologia (CBA) têm sido constituídos. **Ao longo dos anos é possível identificar dizeres no campo agroecológico que definem, ainda que em variações, a agroecologia como uma ciência, uma prática e um movimento social**¹². Nessa definição chama atenção como a ciência da agroecologia emerge associada a diferentes fazeres, que, em uma lente conservadora iluminada pela chamada objetividade, poderia gerar duras críticas sobre a sua não neutralidade.

A ciência convencional ou Ciência, com C maiúsculo, é utilizada por algumas/uns autoras/es para colocar em evidência certas características auto-atribuídas como imparcialidade, universalidade, comparabilidade e produzida exclusivamente por *experts*. A Ciência, distante do senso comum e da sociedade, é parte de um processo histórico baseado em cisões, que teria seu início na Europa renascentista, no século XVII.

De volta ali, estaríamos diante de determinados marcos que contribuíram na consolidação do que hoje chamamos e conhecemos como Ciência. Neste bojo de histórias, ainda que não tecidas no plano causal, a estratégia determinante foi a separação das pessoas da natureza, da natureza e da cultura e entre quem pode conhecer e aquilo ou aquelas/es que podem ser conhecidas/os. Estas divisões seculares nos atravessam até os dias de hoje e se configuram em um ambiente no qual a Ciência teria constituído, por fim, um mundo moderno, distinto do mítico, baseado em fatos e na produção da verdade única.

Olhando especificamente para a agroecologia, para as transformações das agriculturas e para a dizimação dos saberes dos povos, é possível perceber como a Ciência tem sido parte estruturante deste processo histórico. Ao longo da história, a Ciência se conectou com as grandes corporações e juntos têm operado na lógica de apropriação e capitalização da natureza e dos povos. Autorizada por um processo secular baseado na Europa ocidental, a Ciência tem assumido o papel de fechar o debate e fazer valer perspectivas associadas ao interesse do capital. Monocultivos, maquinários, agrotóxicos, organismos geneticamente modificados são produtos da Ciência que incorporados ao modelo político de agricultura difundido pelo Estado e alinhado ao interesse dos latifundiários promove desigualdades diárias.

¹² Para discussões associadas, ver: SCHMITT, Claudia Job. O enfoque agroecológico e suas imbricações locais: mediações sociotécnicas e políticas de escala In: Abordagens Geográficas do Urbano e do Agrário. 1 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012, v. 1, p. 85-110.



Contraditoriamente, estamos, ao mesmo tempo, diante do negacionismo e da desinformação¹³, em uma era da pós-verdade constituída por governos e interesses autoritários que não só defendem um tipo de Ciência, como também podem negá-la e disseminar informações falsas. A disputa se acirra principalmente quando pesquisadoras/es e cientistas engajados com a construção de justiça social e ecológica colocam em evidência a condição estarrecedora que estamos vivendo como a fome, os malefícios causados pelos transgênicos e agrotóxicos, as mudanças climáticas, a relação entre pandemias e agronegócio e o próprio negacionismo. Se de um lado a desinformação ganha mundo, de outro, cientistas engajados com transformações sociais e ecológicas são perseguidas/os¹⁴ e instituições públicas de ensino, pesquisa e extensão são desmanteladas.

Diante disso, fortalecer a vitalidade da ciência da agroecologia é urgente. Trata-se da possibilidade de contar novas histórias sobre conhecer o mundo e de projetar soluções coletivas para as crises que nos assolam. Transitando entre conceitos, a agroecologia se caracteriza como a “ciência dos lugares”¹⁵, que só se realiza a partir da realidade concreta de quem cultiva as plantas, dos encantados e dos tambores, ali onde se encontram os ritmos da colheita e da dança que carregam nos corpos.

Os “lugares” são onde os povos constroem pertencimentos, por isso é papel da ciência da agroecologia compreender as condições, ecológicas e sociais dessas formas de habitar, assim como as violências em curso e os processos de desterritorialização pautados no racismo, no sexismo e na lógica propagada pelo modelo de agricultura vigente. A compreensão destas condições aponta para duas dimensões entremeadas, a do lugar e a multidisciplinaridade. A ciência da agroecologia só se realiza junto aos povos e é, por princípio, constituída por múltiplas disciplinas.

A diferenciação da ciência que propomos em relação à chamada Ciência é evidente sob essa ótica. As soluções científicas que o campo agroecológico se propõe são constituídas de forma coletiva e orientadas pela diversidade dos lugares e saberes de quem ali vive. A resposta uníssona e universal não existe. No encontro entre pesquisadoras/es, saberes e o chão onde se pisa é que a ciência da agroecologia se realiza. Cultura e arte são parte deste entremeio, porque “uma ciência triste é aquela em que não se dança”¹⁶ e que não sabe reconhecer sua constituição como parte das percussões e cortejos que avisam que outras formas de produzir conhecimentos são possíveis e estão em curso.

Essa concepção sobre ciência no âmbito da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia) e do CBA além de desautorizar as separações entre a produção do

¹³ Para ver uma discussão completa, acesse a entrevista com a professora Débora Danowski: <https://apublica.org/2020/06/nao-tem-mais-mundo-para-todo-mundo-diz-deborah-danowski/>

¹⁴ Para ver uma discussão completa, acesse: <https://ojoioeotrigo.com.br/web-stories/quando-estudar-agrotoxicos-vira-caso-de-perseguiacao/>

¹⁵ GOMES DE ALMEIDA, Sílvio. Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro. Revista Agriculturas, Rio de Janeiro/AS-PTA, (n. esp. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro), 11 maio 2009.

¹⁶ PINHEIRO DIAS, J., VANZOLINI, M., SZUTMAN, R., MARRAS, S., BORBA, M., & SCHAVELZON, S. (2016). Uma ciência triste é aquela em que não se dança. Conversações com Isabelle Stengers. *Revista de Antropologia*, 59(2), 155-186.



conhecimento científico e os saberes populares, desautoriza também a separação entre agroecologia e a política. Assumimos que a neutralidade da ciência não existe. A agroecologia é aliada da agricultura de base familiar, do campo e da cidade, das lutas dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, dos movimentos camponeses, de direito à moradia, feministas e antirracistas. É, assim, também, uma ciência interessada nos desafios que se colocam à sociedade de forma ampla como a produção de alimentos acessíveis e de qualidade e a garantia da segurança alimentar e nutricional, a justiça climática e o enfrentamento das desigualdades, sejam elas raciais, de gênero ou de classe.

Com o lema “Agroecologia na boca do povo” buscamos suscitar uma tradução da ciência que acreditamos: *popular e entremeada à solução dos desafios que estamos imersos*, especialmente, a fome. Na “boca do povo” colocamos em evidência não só a capacidade de produção de alimentos saudáveis e diversos pela agricultura camponesa, urbana, familiar, indígena e quilombola, mas a necessidade de garantia de acesso a esses alimentos pelos diferentes setores da sociedade, especialmente os mais vulneráveis.

É na “boca do povo” que a ciência também se faz, na tessitura epistêmica orientada pelas múltiplas possibilidades de aprender e ensinar e no engajamento daquilo que se coloca como desafio coletivo. A ciência que acreditamos encontra lugar seguro entre quem se dedica à construção de horizontes justos, sociais, políticos ou ecológicos. O XII CBA foi (e segue sendo) um convite para pensarmos e tecermos juntas e juntos este chão comum que orienta nossos passos.

Coordenação Local do XII CBA

André Burigo
Danúbia Gardenia
Helena Lopes
Natália Almeida
Paulo Petersen